

CZARNY, Gabriela. *Pasar por la escuela: indígenas y procesos de escolaridad en la ciudad de México*, México, Editorial de la UPN, 2008, pp. 284.

Mariana Paladino<sup>1</sup>  
Universidade Federal Fluminense

No livro *Pasar por la escuela: indígenas y procesos de escolaridad en la ciudad de México*, Gabriela Czarny nos confronta com a seguinte questão: O que representa a escolaridade para indígenas migrantes que vivem na cidade? Como se vivencia a interação com os “outros” e com o conhecimento legitimado pelo sistema escolar?

Czarny, antropóloga e professora da Universidade Pedagógica Nacional, aborda uma temática original, que se apresenta como uma lacuna nos estudos sobre educação escolar indígena, apesar de retratar uma realidade significativa: a experiência de formação dos indígenas fora do espaço da aldeia, isto é, sua presença nas escolas urbanas da rede pública, no sistema não diferenciado de educação. Por sua vez, os estudos focados na migração e na forma de vida dos índios na cidade ainda são escassos e geralmente se centram nas motivações econômicas que orientam os deslocamentos e não tanto em outras expectativas, como a do acesso a uma escolaridade – questão amplamente discutida pela autora.

Seu foco são as famílias do povo indígena Triqui, provenientes de diferentes comunidades da região de San Juan Copala, Oaxaca, que migraram para a Cidade do México há pelo menos quinze anos e que, com o apoio de uma organização indígena, passaram a habitar uma mesma casa, onde também produziam e vendiam artesanato. Tratava-se de 93 famílias, que somavam aproximadamente quinhentas pessoas.

Elas se percebem no novo contexto urbano como parte de uma mesma comunidade – o que a autora caracteriza como comunidade extraterritorial ou “comunidade na diáspora”, seguindo autores como Stefano Varese, Garcia Canclini, Gruzinski e Miguel Bartolomé.

A autora realiza pesquisa em duas escolas do Distrito Federal nas quais estuda a maioria das crianças e dos jovens dessas famílias Triqui. Seu objetivo principal é o de analisar as expectativas de pais e adultos da “comunidade Triqui” da Cidade do México em relação à escolarização dos filhos. Ao mesmo tempo, busca desconstruir as narrativas generalizadas em torno da relação escola–povos indígenas, que se expressam em frases como: “a passagem pela escola destrói as identidades indígenas e adscrições de pertença às comunidades”, “a escola traz progresso”, “a escola permite um futuro melhor”, “a escola dá prestígio e autoridade às pessoas que passam por ela”. Para Czarny, essa forma dicotômica de perceber a escolarização e seus impactos na vida dos índios – como ferramenta de aculturação ou como espaço privilegiado para assegurar sua reprodução cultural e seu empoderamento – simplifica processos diversificados e multifacetados. Por intermédio de sua pesquisa de campo, ela reconhece diferentes sentidos e significados que seus interlocutores Triqui atribuem à experiência escolar e que convivem em confrontação, dando conta do caráter polissêmico e complexo de tal experiência.

A autora chama a atenção para o fato de que a presença significativa de membros de diversas comunidades indígenas na Cidade do México (segundo dados de 2001, ali havia trezentos mil indígenas, e, desse total, uma percentagem significativa assistindo ao sistema escolar público da cidade) não se visibilizou, nem representou um tema importante para as políticas educativas até finais dos anos 1990. Para entender essa omissão, Czarny reconstrói os modos como foi pensada a diversidade socio-cultural, linguística e étnica no país ao longo do século XX (no Capítulo 2 do livro). Como analisa a autora, o reconhecimento dos povos

indígenas como membros legítimos da nação mexicana tem oscilado entre certa legitimidade, de um lado, perspectiva pela qual são vistos como parte de uma história petrificada nos museus – a que remete à glória das grandes civilizações que já não mais existem – e, de outro, o abandono dessa existência a um mundo rural e isolado, entendido pela sociedade hegemônica como “atrasado”, “inculto”, “pouco civilizado”. Assim, os índios que vivem nas cidades não são percebidos como tais, desde que não tenham os atributos das identidades essencializadas, tais como falar língua indígena, vestir-se com roupas tradicionais ou morar em comunidades rurais.

Nas tentativas de se construir uma nação com uma única identidade, a escola pública mexicana, laica e gratuita do século XX teve um importante lugar. Através desta instituição, procurou-se, por trás do princípio da igualdade, homogeneizar a diversidade da população. A autora descreve (no Capítulo 2) como a escola “para indígenas” no México localizou-se principalmente nas zonas rurais, onde se reconhecia a presença dessa população, enquanto a escola da cidade ligava-se a imagens em que os índios não tinham lugar. As propostas educativas das escolas para os “diferentes” – os indígenas – ao longo da história do país conduziram, em muitos casos, à acentuação da discriminação, além de não terem resolvido as desigualdades no que se refere a acesso e permanência no sistema educativo. A noção de igualdade na escola operou como elemento indiscutível para a contínua consolidação de uma única identidade nacional. Ainda assim, essa imaginada igualdade de condições e direitos de todos os cidadãos mexicanos em relação à escola, traduzida como signo da homogeneização da população, não evitou o racismo existente em relação aos membros das comunidades indígenas. Só a partir da reforma das políticas educativas, implementada no período 2001-2006, teve início um trabalho que pretendeu favorecer a identificação e o reconhecimento dos povos indígenas em todos os níveis do sistema educativo.

A autora contrasta esta formação histórica com as vivências particulares que os adultos Triqui tiveram de sua escolarização, o modo como se lembram e percebem a passagem de uma situação dominante durante toda a história da República – de ocultamento e negação da identidade étnica – para outra, de valorização da diversidade e de crescente reconhecimento identitário, que marca uma situação distinta na escolarização de seus filhos. Czarny privilegia o diálogo e as histórias de vida de três interlocutores adultos que ocupam distintas posições no interior da comunidade Triqui extraterritorial.

No terceiro capítulo, a autora mostra o cenário da comunidade Triqui migrante na Cidade do México, a história de sua conformação e o modo como se organiza atualmente. Também analisa o que significa ser membro de uma comunidade extraterritorial para os sujeitos pesquisados. A autora dá conta desta construção através de processos complexos que envolvem relações primordiais, parentesco, imperativos morais, afetividade, solidariedade, organização política e identidade. Ao mesmo tempo, também mostra as tensões que atravessam esta comunidade, ao considerar posições como gênero, idade e hierarquias sociais, rompendo com a ideia substancialista de entender a comunidade como uma entidade harmônica e homogênea.

No Capítulo 4, Czarny centra-se no sentido e no valor que os interlocutores Triqui outorgam à escola pelo fato de a perceberem como espaço privilegiado para *adquirir o espanhol*. Para isso, explora as noções de língua, cultura e identidade que surgem das representações de seus interlocutores, mostrando a diversidade de posições e experiências e, ainda, uma complexidade que vai além das visões dicotômicas apresentadas pelas abordagens primordialistas ou construtivistas da identidade.

No Capítulo 5, a autora analisa os *saberes* que se colocam em confrontação na escola: os do contexto família-comunidade e aqueles do espaço escolar. Contrasta as percepções do que representa aprender na

comunidade para seus interlocutores Triqui, através da “experiência”, e o que representa a aprendizagem resultante da “passagem pela escola”. Para tanto, analisa a noção de pessoa e de experiência dos Triqui. A escola erige-se para alguns como o lugar da “não experiência”, por não estar vinculada com os saberes que se aprendem com base na participação comunitária. Contudo, a autora situa esta oposição presente nos discursos de seus interlocutores, não tanto por perceberem os conhecimentos comunitários e os escolares como incompatíveis ou incomunicáveis, e sim como uma forma de resistirem e se oporem ao modelo monocultural, imposto pela escola pública mexicana.

No Capítulo 6, Czarny dialoga com outra narrativa presente no senso comum sobre a escola, aquela que diz respeito à possibilidade de se adquirir prestígio, autoridade e mobilidade social. Mostra que a passagem por esta instituição e a obtenção de diplomas não resulta no prestígio de uma pessoa Triqui se esse conhecimento não for, de alguma forma, partilhado e voltado para a comunidade. Para os Triqui, passar pela escola não é garantia de ter adquirido saberes socialmente valorizados para sua comunidade, tampouco representa uma fonte segura de prestígio. O fato de que os títulos escolares não estejam necessariamente fornecendo reconhecimento na comunidade Triqui sustenta-se na existência de outras formas de autoridade, descritas e contrastadas pela autora. Ter autoridade relaciona-se a certos tipos de habilidades e de conhecimentos que não se ligam diretamente ao saber escolar.

Por fim, no Capítulo 7, à guisa de síntese, Czarny analisa a relação entre etnicidade e cidadania e, ainda, discute a possibilidade de que a escola reconheça e atenda as formas desta última reivindicadas pelos povos indígenas de acordo com a complexidade de cenários e experiências que atravessam.

Deste modo, a exploração da vivência escolar de membros da comunidade Triqui na Cidade do México permitiu à autora conhecer senti-

dos e apropriações diversos sobre a escolaridade, os conhecimentos e os valores que essa instituição veicula, o que lhe permite fugir da polarização construída acerca dos impactos da escolarização sobre os povos indígenas. De alguma forma, é essa polarização que tem contribuído para que as propostas educativas para índios tenham se orientado ora à sua integração, ora à sua separação em escolas fechadas no universo das aldeias.

Este livro contribui para a reflexão sobre a construção de propostas de educação intercultural mais articuladas aos desejos e às demandas dos povos indígenas contemporâneos, que possibilitem afrontar a tensão, ainda não resolvida, entre as considerações da escola como ferramenta de aculturação ou como via exclusiva do empoderamento dos índios. Sendo assim, abre portas e oferece pistas metodológicas importantes para a elaboração de novas etnografias sobre educação escolar indígena, que reúnam a pertinência social e o uso rigoroso da teoria antropológica. Portanto, o livro de Gabriela Czarny torna-se uma importante referência para quem pesquisa hoje sobre povos indígenas e educação escolar.

## Notas

- <sup>1</sup> Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora associada do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, do Museu Nacional, UFRJ; professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.